

PROTOCOLO DE CONSULTA PREVIA DEL PUEBLO WARAO EN BELÉN



PROTOCOLO
BELÉM EKU WARAO
JAKOTAI AVITU TUMA

PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA DO POVO WARAO EM BELÉM

PROTOCOLO DE CONSULTA PREVIA DEL PUEBLO WARAO EN BELÉN

PROTOCOLO
BELÉM
EKU WARAO
JAKOTAI AVITU TUMA

PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA DO POVO WARAO EM BELÉM

Protocolo de Consulta Prévia do Povo Warao em Belém/PA.

Belém/PA, 2020

©2020

A reprodução de todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos desde que citada a fonte.

1ª Edição

Povo Warao em Belém

Responsável pela Publicação:

Todos representantes indígenas Warao refugiados na cidade de Belém que participaram da construção do PCPLI-Warao

Organização do Trabalho de construção do PCPLI-Warao

Grupo Interinstitucional de Interlocução Warao

Felipe Moura Palha - MPF, Leila Silva - SEJUDH, Joelma Alencar NUFU/UEPA, Marcos Vinicius - CEIND/SEDUC, José Albarrán López - SEASTER/DZ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UEPA - SIBIUEPA

P967 Protocolo de consulta prévia do Povo Warao em Belém/PA / Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar et al. (Org.). – Belém : EDUEPA, 2020.
67 p. : il. color.

Responsáveis pela publicação: Todos os representantes indígenas Warao refugiados na cidade de Belém que participaram da construção do PCPLI- Warao.

ISBN 978-65-88106-00-6

1. Povos indígenas. 2. Índios – Direitos fundamentais. 3. Povo Warao - Belém. 4. Protocolo - Consulta prévia. I. Alencar, Joelma Cristina Parente Monteiro. II. Palha, Felipe Moura. III. Silva, Leila Maria dos Santos. IV. Lima, Marcos Vinicius da Costa. V. López, José Albarrán. VI. Título.

CDD 341.345 – 22.ed.

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134

Tradução/Revisão em Português

Leila Maria dos Santos Silva, Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar, Marcos Vinicius, Selli Maria da Rosa e Silva, José Albarrán López, Rita de Cássia Almeida Silva, Júlia Cleide Teixeira de Miranda, Elizabeth das Graças da Silva, Manuela Porto, Isabela Ramos Silva, Jessika Luana Barbosa dos Santos, Jéssica dos Santos Rodrigues, Patrícia Romário Franco.

Tradução/Revisão Linguística em Espanhol

Barbara de Souza Baleiro – Professora de Língua Espanhola/EJA-WARAO/SEDUC/PA
José Albarrán López – Intérprete – SEASTER/PA
Nanci Cartâgenes – Professora Licenciada em Letras Português-Espanhol/CI/IFPA/Campus Belém.

Tradução/Revisão Linguística em Warao

Jesus Nuñez Warao – Professor de Língua Materna – EJA-WARAO/SEDUC/PA
Omar Rodriguez Warao – Professor de Língua Materna – EJA-WARAO/SEDUC/PA
Rita de Cássia Almeida Silva – Assessora Linguística/NUFI/UEPA
Elizabeth das Graças da Silva Santos – Pesquisadora GEIA/NUFI/UEPA
José Albarrán López – Intérprete – SEASTER/PA

Apoio Técnico

Josiane Guimarães – Socióloga – SEASTER/PA
Joelma Alencar – NUFU/UEPA
Leila Maria Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

José G. Albarrán López

Fotografias

Murilo Hildebrand de Abreu, Joelma Alencar, Paula Miranda Monteiro, José Albarrán López



Governo do Estado do Pará

Governador **Helder Zahluth Barbalho**



Universidade do Estado do Pará

Reitor Rubens Cardoso da Silva
Vice-Reitor Clay Anderson Nunes Chagas
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Renato da Costa Teixeira
Pró-Reitora de Graduação Ana da Conceição Oliveira
Pró-Reitora de Extensão Alba Lúcia Ribeiro Raithy Pereira
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento Carlos José Capela Bispo



Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe Nilson Bezerra Neto

Conselho Editorial Francisca Regina Oliveira Carneiro
Hebe Morganne Campos Ribeiro
Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
Josebel Akel Fares
José Alberto Silva de Sá
Juarez Antônio Simões Quaresma
Lia Braga Vieira
Maria das Graças da Silva
Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva
Marília Brasil Xavier
Núbia Suely Silva Santos
Renato da Costa Teixeira (Presidente)
Robson José de Souza Domingues
Pedro Franco de Sá
Tânia Regina Lobato dos Santos
Valéria Marques Ferreira Normando

CONSIDERAÇÃO SOBRE A TRADUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA EM LÍNGUA WARAO.

A redação deste protocolo de consulta prévia compreende três línguas: Warao, Espanhol e Português. Do ponto de vista linguístico, observam-se variações no registro escrito da língua Warao, uma vez que o povo indígena falante dessa língua é considerado como essencialmente oral em suas interações sociolinguísticas e culturais (HERRMANN, 2006).

Portanto, o texto proposto para este documento reflete influências da oralidade e/ou de questões relacionadas às diferenças dialetais visto que os autores do texto representam grupos distintos do povo Warao.

Apresentação

Ao povo indígena venezuelano da etnia Warao são asseguradas legalmente no Brasil, pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas (ONU-13/09/2007), pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas AG/RES.2888 (XLVI-O/16) de 15/06/16, pela Lei de Migrações (lei n.º 13.445, de 24/05/2017), pela Lei de Refúgio (lei n.º 9.474, de 22/07/1997), pela Lei sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária (lei n.º 13.684, de 21/06/2018), como também, e principalmente, pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT - Decreto Presidencial n.º 5.051 de 19/04/2004), as formas autônomas de tomada de decisões sociais e políticas, referendadas neste protocolo de consulta prévia, livre, informada, de boa fé e com consentimento do povo Warao.

(1º Com o objetivo de construir e aprovar o protocolo de consulta prévia foram realizados tres momentos consecutivos). O 1º em 04/10/2018, o 2º em 11/10/2018, o 3º em 26/10/2018 no

Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), com a presença de todos os Warao (homens, mulheres, idosos, jovens e crianças) que se encontravam na cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, na condição de solicitantes de refúgio ou residência temporária, somando-se um quantitativo superior a 300 (trezentas) pessoas nos dois primeiros encontros, quando foram escolhidos os representantes para dar continuidade aos trabalhos com a participação das seguintes instituições: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MP/PA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DP/PA), Ministério Público do Trabalho (MPT), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SE-ASTER), Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) e representantes da sociedade civil (Cáritas Metropolitana de Belém, Só Direitos).

Este documento autodeclaratório lido minuciosamente e aprovado pelo conselho de lideranças e representantes Warao no dia 14/08/2019 em assembleia na sede do MPF em Belém, ajudará o Estado brasileiro a dialogar com o povo Warao, com o intuito de produzir conjuntamente com o povo indígena, políticas públicas para um atendimento humanitário diferenciado e específico. Por meio deste, o povo Warao presente no território brasileiro, especificamente na cidade de Belém/PA, expõe:

PROTÓCOLO

BELEM
EQU WARAO

JAKOTAI AVITU TUMA



Acesse o vídeo por meio
do código QR Code ao lado
ou no link www.mpf.mp.br/pa





PROTOCOŁO

BEŁÉM
EKU WARAO

JAKOTAŁ AVITU TUMA



12

Karata tamaja sanetate janokoina Brasil arao jotarao-tuma deje barakitane Warao tuma a ina saba sabaya kokotuma tane, políticas públicas Waraotuma sanetakitane jotarao tuma a obonobu emo saba tamaja protocolo taitane ama Warao tuma era já Brasil ajanokoina ekuya janokoina Belém ekurakate Warao tuma erabitu ja.



¿Warao Sina Tuma Tai?

Oko indígena Venezuela arao areyatuka abane oko kaributuma ja ka dejetuma ja kariawara ja ka nisi nobo tuma are obabuae yakeraja jobaji ekuya oko jobaji isiko diabarae nava ekuya jana ekuya oko obabue janoko yaviji nonane nava Delta wirinoko kajobaji tatuka oji arau era witu dajutuma wajibaka nonakitane najoro ejobakitane kokotuka saba oko Waraotuma kotai, waibajimo ka taora ekida oko Waraotuma kotai, yaotamo, ayawamo, nunamo, dajukabamo, namumo, unukamo, urabamo.

13

Oko Waraotuma janokoina Belém eku nabakanaja kotai nabae Delta Amacuro tatamo arakate Monagas takore camu- nidad jisaka tatamo yana. Oko ka jobaji iabanae wabanaka tamiaroi ka jokaro ajeratane ka Warao iabanae ka janoko ka Waraotuma arakate.

Vaniko jisaka saba aidamo tuma ka saneta yaja jata- nae najoro isia takore tai najoro waniko isaka uanaja. Oko Brasil nabae jisaka arakate amoyo ekumo onukamo nisaki-

tane yana, sina kuare oko Brasil nabae sina kuare yana ka Warao nojo bavabuyaja tanae. Ka jobaji yata, oko yaota minaja, yaota ekida, najoro, yarokota minaja. Oko tamatika obakitane obonoya yakeraja. Oko jobaji tamaja arai jakeraja obakitane obonoya, taitane yaotakitane, karata warakitane kanobotomo narunoko yakeraja ekuja narukitane, ka tau-tuma sanetakitane jovajina ekuya monida witu ejobonaka takitane. Oko obononaja Karibu tuma ka cultura diakitane jotaraotuma a cultura toatane oko obononaja. Oko obonoya yakeraja, naminakitane, mikitane kasitava dianaka takitane, oko obonoya kebesava jakotai yakeraja Kuarika Naruki! tia kotai yaota sinarianaka! Kuarika nonakitane ja toatane kanisinobo tuma saba nonae!

14

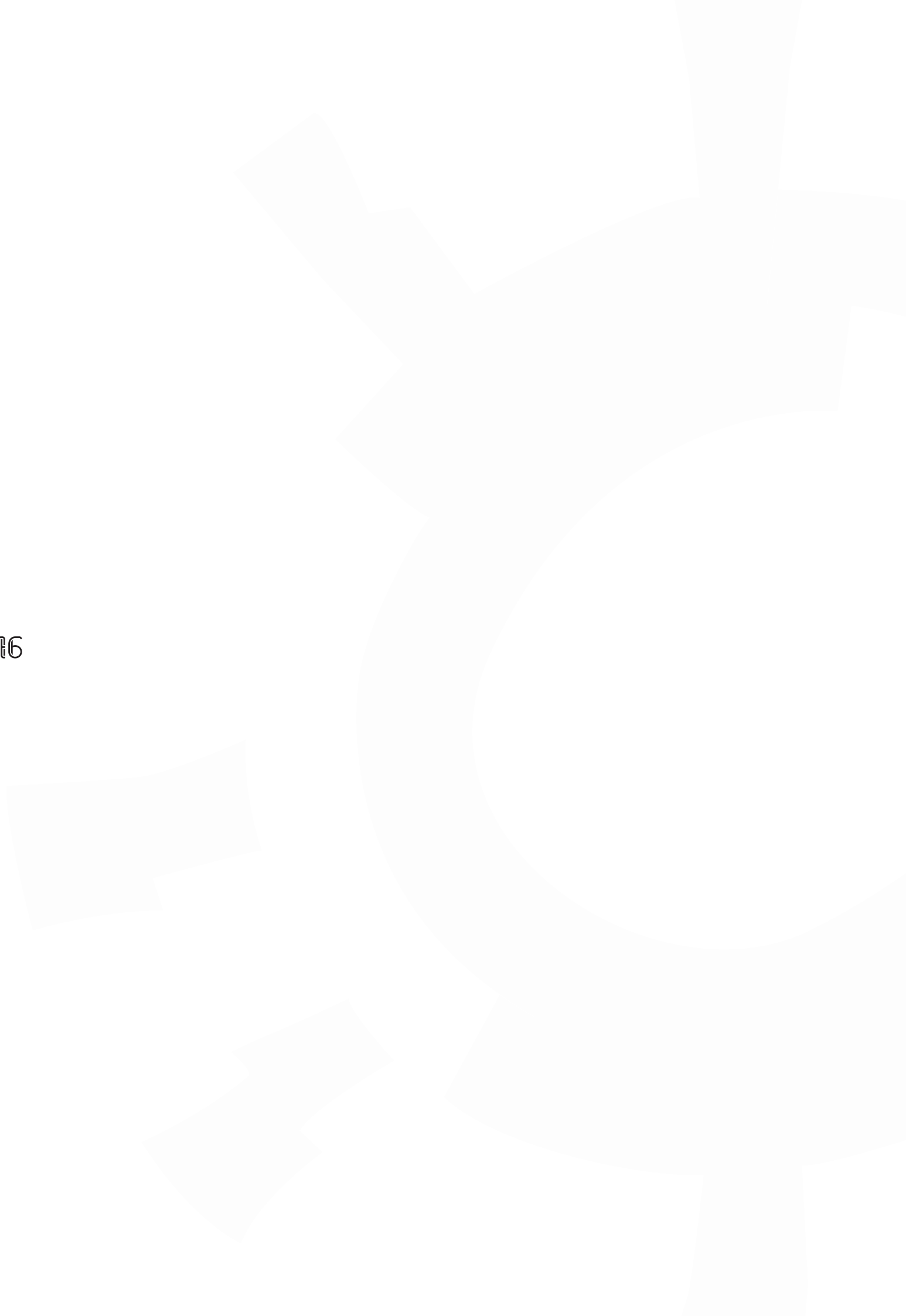


¿Oko Dibubu

Avakitane Obonoya Sina Kuare?

Kokotuka oko derecho ja tatuka obononaja kasabamo nabae joro simo, joro ana, joro joko kasaba ovayaja jatanæ sina kuare oko tuatane obononaja oko nabaja kotai tuatane monika obononaja sana mata taeraja oko wayavanae tamatika navakakitane sanamatane witu oko novakanae. Oko ovononaja vitu monika, oko isanamatamo jakotai sanamata omi obakitane obonoya oko ketomanakitane taitane kitiano tuma jotarao tuma ka cultura etomanane jakitane. Oko ovonoya educación ka jobaji yata jatanaja kotai taji monika taitane ka nobotomo janokoina Brasil eku diavaraja kotai tatuma ka monika sanamata minaka takitane. Tatuma ka kuarika jakitane yakeraja ji samika yaota naminakitane. Oko ka jobaji tata yaota ka yaota tuma jatubuyaja jakotai janokoina eku nakakore yaota era ejoboya. Oko naminakitane obonoya yakeraja karata kuarika warakitane, taitane yaota mikitane janokoina Belém eku.

Oko Waraotuma obononaja ka vayavotakitane vitu monika oko obonoya kasanetakitane taitane jisamika kajavarane jakitane.



¿Sina Isiko Dibubukuna?

Oko Waraotuma indígena Venezuela arao nebutuma, tautuma, daomatamo, neburatutuma, nobotomo, evajukatu, aresatatu, naminajotu, jorosimo adiawaratu kokotuka matane orikuare nakane dibubuya aribuju siatane ka aidamo tuma tane vajinaja kotai Waraotuma Belém/PA eku jakotai.

17

Kaidamo tuma isiko dibubu abaya kotai yakeraja vajikitane dejetuma warabuya kotai deje warakitane ka Waraotuma saba, nomeabakitane ubanoko isia, sanetabuyaja isia, karata naminakitane, yaotakitane, yakeraja jakitane daisatuma arakate sanetaturu deje daisa warakitane.

Taitane tuatane seke yakeraja vajikitane dibubu isia nomeabakitane orioboto yari wajinaka takitane kaidamo tuma dibuvukitane ja ka Warao tuma isiko monikata jabereketene, dibu bakitane karata warakitane sava.

KARATA TAMAJA EKU DIBUYA KOTAI TOATANE OKO OBONOYA:

a-) Oko Warao, taisikuare ovonobukitane ja kajobaji isia, kokotuka matame kaidamo tuma tane vajina kotai, tuma aidamo tuma tane jakotai orikuare nakane, deje warakitane obojonamo yana órganos públicos ka etomaname jakitane

b-) Oko tautuma Warao yaja kokotuka ejoboya janokoina ajuvajina ekuya, burata, najoro, nojobuyaja ka nobotomo saba arakate ka Waraotuma. Oko obonoya aidamo tuma ka nokone jakitane oko ebuya kotai karibu eku abane jamiaro kanobotomo sanetane jakitane taisikuare tautuma arakate aidamo tuma tane bajinae.

¿Katukane

Kadenokoyaja Obonoya?

a) La consulta jakutai kokotuka isiko dibakitane ja, airamotuma o kaisiko dibakitane ja kajobai sabasabaya adibamo awajiabara kaisia dibukitane ja mate yaja kuare nabakanaja korejese kasaba dewarakitane ja.

b) Waraotuma orikuare nakakitane obonoyakore consulta previa nonakitane oko witu arakate dibakuna orikuare nakakitane taitane airamotuma isiko dibakitane sane taitane dibubu abakitane.

c) La consulta tiakutai Warao kokotuka isiko nonakitakane ja airamotuma aribu awaijabara abakomone tatuma kasiko dibanakatane nonanaka jakitane ja airamotuma obonoyakore kasaba deje warakitane ja kasaba deje importante jakore;

d) Oko dibate orikuare nakanoko eku, airamotuma dibakomoni. Oko yejebukitane ja jotarao karaisa yaja kasane-tamojoroe oko naminaya kotai tai witu.

e) Orikuare nakakore jotarao karaisa tatuma witu jakitane ja: Ministerio Público Federal y Estadual, oko tatuma isia dibakitane ja jotarao tuma karata naminayaja tai witu.

f) Airamotuma dibuni yajorobakuna karibu grabatakuna, video nonakuna, tai akopia kamuakitane ja (completa sin edición) oko obononaja kasitaba kaisia dibunakatane emo abakomone.

g) Warao aribu jakotai itomanakitane ja arakate karibu eku abakitane ja:

20 **1° - Airamotuma Kaidamo isia dibukitane ja;**

2°- Wakakitane ja kairamotuma karata Warao koko tuka imikitane já;

3°- Wakakitane ja grupo kokotuka tamaja deje nokoya ja tane ja;

4° - Wakakitane ja tamaja asamblea isia dibu nome tovayaja Warao airamotuma kokotuka isiko di bayaja;

5°- Airamotuma Warao airamotuma isiko orikuare nakakitane ja dibu nome nakakitane.

ORIKUARE NAKAKORE SINA ISIA DIBATE:

Orikuare nakakitane plano ja de consulta isia dibukitane: Airamotuma kaisiko orikuare nakakitane ja plano de consulta isia dibukitane ka karata itomanakitane ja.

Orikuare informativa nakakitane: Airamotuma ori Warao isaka isaka tane isiko dibukitane ja, dibu nome toakitane. Orikuare nakakore jotarao karaisatuma kaisiko jakitanene ja.

Warao kokotuka orikuare anaka: Takore oko orikuare informativa nakakore oko airamo isiko dibakitane ja o organizaci3n consultante ka Warao saba warakitane tatu-
ma arakate nokokitane. Oko jotarao karaisa ebukitane kau-
rikuare nakakore eku. Airamotuma tatuka takomoni. Oko naminakomoni kore dibu jiru kuarika orikuare nakakitane jotarao isiko. Taitane oko atai orikuare nakate ka Warao jotarao karaisa isiko, airamotuma omi, obonobukitane arakate dibakitane.

21

Orikuare nakane dibunome oakitane: airamotuma kaisiko orikuare nakakitane ja oko kokotuka yawarakore:

- taitane oko dibu kokotuka ja;
- kokotuka orikuare nakakore;
- oko dibu ja takore diana isiko dibate.

Tamaja orikuare anaka eku jotarao karaisatuma kakayuka jakitane ja. Airamotuma karibu nokokitane ja tatumama obonobo awerea kore arakate. Atai yatusaba dewaraya: oko obononaja airamotuma diana oko dibunaja kutai airamotuma aribu eku abanaja oko jawana jakitane.

Obs: are orikuare nakakitane ja Warao kokotuka dibu kokotuka nokomejerei.

¿Katukane

Consulta Nonokitane Ja?

Oko obonoya airamotuma dibu yakera nojobukitane video o kasitaba tuma Warao aribuya kasaba dewarakitane ja mate yajakuare nabakana ja koreje oko diboto dibute mo-joreko arai mojamatama mojabasi (15) yaja takore kasaba dewarakitane ja.

23

Airamotuma oko dibubuaja isia obonobokitane ja taitane yaja wayaba ja korese kasaba dewarakitane ja oko dibabuaja isia takitane ja consulta isia.

Oko orikuare nakate airamotuma Ministerio Público Federal tatuma dibukore Ministerio Público ekira kore oko orikuare nakanaja tatuma dibunaja kore oko orikuare nakakomoni toatane takore oko 169/OIT isiko jate.

Consulta oko kaisiko Warao kaobojona eku abakitane ja, Warao obonoya kotai abakitane ja toatane takore costumbres y tradiciones etomanaya ja.

Airamotuma Waraotuma airamotuma saba okoji iyabakitane ja oko nokokitane saba tatuma dibukitane ja kairamotuma isiko.

Orikuare nakakore tai dibu Warao aribuya jakitane ja oko dibute sina kasanetate jotarao aribu dibakitane y portugues dibakitane.

Kasabasabaya orikuare nakakore tatuka burata jakaya kotai oko amuara abana ja airamotuma y instituciones proponentes o interesadas en la consulta amuara abate.







PROTOKOLO

BELEM
EKU WARAO

JAKOTAI AVITU TUMA

ESPAÑOL





Presentación

El pueblo indígena venezolano de la etnia Warao está amparado legalmente en Brasil por la Consitución de la República Federativa de Brasil, Declaración Universal de los Derechos de los Pueblos Indígenas (ONU-13/09/2007), por la Declaración Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas AG/RES.2888 (XLVI-O/16) de 15/06/16. por la Ley de Migración (ley 13.445 de 24/05/2017), por la Ley de Refugio (Ley nº 9.474, de 22/07/1997), por la Ley sobre medidas de asistencia emergencial para acojida de personas en situación de vulnerabilidad debido al flujo migratorio provocado por la crisis humanitaria (Ley 13.684 de 21/06/2018), como también, y principalmente, por la Convención nº169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT - Decreto Presidencial nº 5.051 de 19/04/2004) las formas autónomas de tomada de decisiones sociales y políticas, refrendadas en este protocolo de consulta previa, libre e informada, de buena fe con consentimiento del Pueblo Warao. 29

Con el objetivo de construir y aprobar el protocolo de consulta previa fueron realizados cuatro momentos consecutivos (1º en 04/10/2018, 2º en 11/10/2018, 3º en 26/10/2018 y el 4º en

26/11/2018) en el Centro Cultural y Turístico Tancredo Neves (CENTUR), con la presencia de todos de los Waraos (hombres, mujeres, adultos mayores, jóvenes y niños) que se encuentran en la ciudad de Belém en condición de solicitantes de refugio y residencia temporal, sumando un cuantitativo superior a 300 personas en cada unos de los momentos realizados y la participación de las siguientes instituciones: Ministerio Público Federal (MPF), Ministerio Público Estadual (MPE), Defensoria Pública de la Unión (DPU), Defensoria Pública del Estado (DPE), Ministerio Público del Trabajo (MPT), Secretaria de Estado de Justicia y Derechos Humanos (SEJUDH), Secretaria del Estado de Asistencia Social, Trabajo, Empleo y Renta (SEASTER), Secretaria del Estado de Educación (SEDUC), Universidad del Estado de Pará (UEPA), Fundación Papa Juan XXIII (FUNPA-PA), Secretaria Municipal de Educación (SEMEC), Secretaria Municipal de Salud (SESMA) y representantes de la sociedad civil (Cáritas Metropolitana de Belém, Só Direitos).

Este documento autodeclarativo leído minuciosamente y aprobado por el consejo de líderes y representantes Warao el día 14/08/2019 en Asamblea en la sede del Ministerio Público Federal en Belén, ayudará al Estado brasileño a dialogar con el pueblo Warao, con el objetivo de producir conjuntamente con el pueblo indígena, políticas públicas para una mejor atención humanitaria, diferenciada y específica. Por medio de este documento, el pueblo Warao presente en el territorio brasileño, específicamente en la ciudad de Belén/PA, expone:

¿Quiénes Somos?

Somos el segundo mayor pueblo indígena originario de Venezuela. Tenemos nuestra propia lengua, creencias y costumbres. Nuestros ancestros vivieron siempre en armonía con la naturaleza, por eso nuestra historia está profundamente unida a nuestro entorno fluvial donde vivimos tradicionalmente en palafitos en la región del bajo Delta del Río Orinoco. Allí hay muchos árboles de morichales, de las cuales obtenemos casi todo para nuestro sustento (canoas, féculas, chinchorros, bebidas, comidas, etc). Somos un pueblo pacífico, hábiles navegadores, pescadores, cazadores, recolectores, artesanos y agricultores.

Nosotros, Warao, que hemos llegado a la ciudad de Belém, venimos principalmente del Estado Delta Amacuro, aunque de distintas comunidades. Nosotros tuvimos que dejar nuestra tierra para sobrevivir, con mucho dolor dejamos atrás nuestro territorio, nuestras casas y parientes. La ayuda esporádica, que a veces nos daban, no garantizaba la autonomía, ni la sobrevivencia de nuestro pueblo y de nuestra cultura. No vinimos a Brasil para quitarle nada a nadie, vinimos

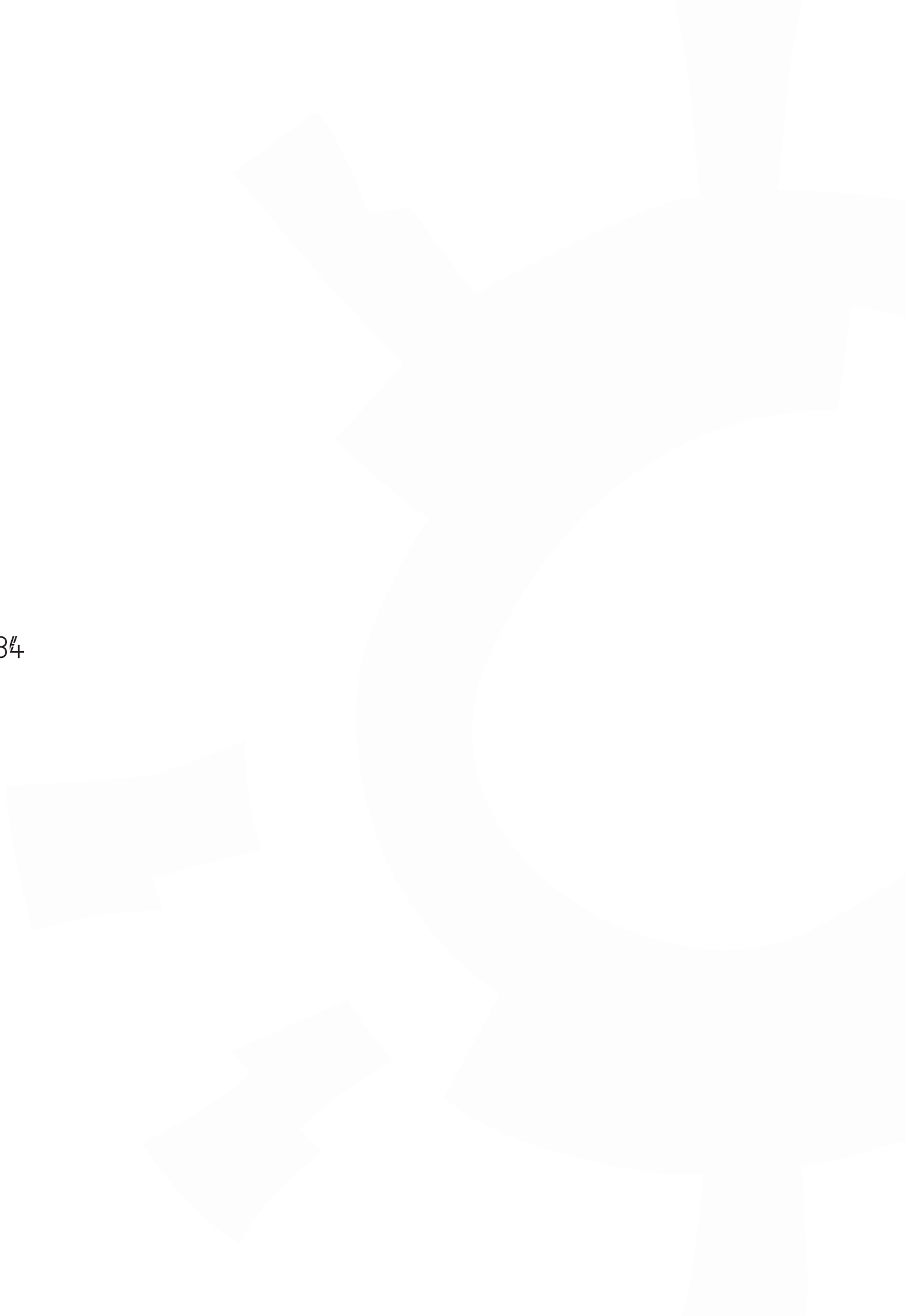
porque nuestro pueblo está muriendo de hambre. En nuestra tierra de origen nada se conseguía, ni comida, ni trabajo, ni alimentos, ni medicinas. Estamos aquí porque queremos vivir con dignidad, mejorar nuestra calidad de vida, trabajar, educar a nuestros hijos y ayudar a nuestras mujeres para que no tengan que salir más a las calles. No queremos que nuestra lengua y cultura se pierda por el contacto con la ciudad y cultura de los criollos. Queremos aprender, conocer, ser mejores, sin perder nuestra identidad, queremos un futuro mejor. Vamos para adelante!! ¡Kuarika Naruki! es nuestro derecho!!! así como fue para nuestros ancestros!!!

¿Por qué queremos ser consultados?

Queremos ser consultados porque entendemos que todos nosotros tenemos derechos, sin importar donde estemos, ni donde vivamos y también; porque no queremos pasar por las mismas situaciones deshumanas y difíciles que tuvimos que pasar para llegar aquí. No queremos ser explotados, ni marginados. No queremos ser tratados de cualquier forma, queremos respeto a nuestro pueblo y cultura. 33

Queremos una educación adecuada a nuestro pueblo para que nuestros hijos nacidos aquí en Brasil puedan tener una vida mejor que la de nosotros. Queremos tener autonomía, entendemos que nuestros saberes tradicionales son diferentes de las cosas y ocupaciones que podríamos realizar en la ciudad. Necesitamos prepararnos, seguir estudiando, realizar cursos y así, contar con oportunidades de trabajar aquí en Belém.

No queremos ser abandonados, ni descartados. Necesitamos de apoyo para poder andar después solos.



¿Quiénes

Deben Ser Consultados?

Todos nosotros indígenas venezolanos de la etnia Warao – hombres y mujeres, adultos mayores, jóvenes, niños, curanderos, shamanes, rezanderas, sábios y parteras – debemos participar de la consulta de forma colectiva, cuando sea necesario y emergencial, a través de nuestros representantes que deben ser indicados por las comunidades que están distribuidas y presentes en Belém. Nuestros representantes serán responsables por comunicarnos las decisiones y acuerdos hechos en las reuniones para tratar de las principales necesidades que afectan a nuestras familias, como en las áreas de abrigamiento, asistencia humanitaria, educación, trabajo, salud en general y otras que puedan ser de nuestro interés; más allá de ejercer un papel muy importante dentro de las comunidades que es el de mediar posibles conflictos, dialogar con las familias en dificultades, detectar atendimiento en salud emergencial e incentivar la participación en las actividades educacionales.

SIGUE ABAJO NUESTRAS CONSIDERACIONES:

a) Somos indígenas Warao, por eso debemos pensar en nuestro pueblo que tiene sus representantes escogidos por todos nosotros, ellos tienen que ser sinceros y honestos, pasar las informaciones de forma clara y verdadera para que los órganos públicos respeten nuestras decisiones.

b) Nosotras, mujeres Warao, salimos todos los días a las calles de Belém, de domingo a domingo, en busca de dinero y alimento para nuestros hijos. Necesitamos ser escuchadas, tener nuestras necesidades atendidas por las autoridades, por eso tenemos representantes mujeres.

¿Cómo

Queremos Ser Consultados?

a) Antes de iniciar el proceso de consulta, debemos ser avisados con antelación sobre la existencia de alguna propuesta que cualquier persona o institución quiera presentarnos.

b) También podemos promover una consulta previa libre e informada por nuestra propia necesidad o interés. En ese caso, entraremos en contacto con las autoridades para solicitar el apoyo durante el proceso; ³⁷

c) La consulta debe ser hecha de forma colectiva;

d) El gobierno no puede consultarnos a última hora cuando ya haya tomado una decisión sobre algo de importancia para nuestro pueblo.

e) Nosotros seremos quienes coordinaremos las reuniones y no el gobierno. Podremos indicar algunos de nuestros aliados para ayudarnos en la organización.

f) Deben participar de las reuniones los aliados de nuestro pueblo: Ministerio Público Federal y Estadual, las organizaciones escogidas por nosotros y nuestros invitados especiales, inclusive técnicos de nuestra confianza que serán indicados por nosotros.

g) Aliados y agentes del gobierno autorizados por nosotros podrán filmar, grabar audio y video, fotografiar desde que nos entreguen copias integrales (sin edición). No aceptaremos divulgación o uso indebido de nuestra imagen.

h) Las propuestas que sean de interés de nuestro pueblo Warao, deberán obedecer a los siguientes momentos:

1ºhacer contacto con nuestros representantes.

2ºEsperar que nuestros representantes lleven las informaciones para cada grupo de Warao.

3ºEsperar que cada grupo se reúna internamente y deliberen sobre el asunto.

4ºEsperar que sea realizada nuestra asamblea para tomar nuestra decisión sobre la propuesta presentada.

5º Reunirse de nuevo con los representantes para recibir nuestra decisión definitiva.

LAS REUNIONES SOBRE LAS CUALES HABLAMOS HASTA AHORA SE DIVIDEN EN:

Reunión para hacer un acuerdo sobre el plan de la consulta: el gobierno debe reunirse con nosotros para acordar cual será el plan de consulta a seguir, respetando el acuerdo firmado:

Reunión informativa: el gobierno debe reunirse con nuestro pueblo, de familia en familia para informar sus planes y aclarar todas nuestras dudas. También de esa reunión deben participar nuestros aliados.

Reuniones internas: después de la reunión informativa, necesitaremos de un tiempo para discutir y deliberar entre nosotros sobre la propuesta del gobierno o de la organización proponente y explicarla a nuestros parientes que no pudieron participar de las reuniones informativas. Podemos invitar también a nuestros aliados a participar de nuestras reuniones internas. En estas reuniones el gobierno no podrá estar presente. En caso de que nuevas informaciones sean adicionadas a la propuesta, el gobierno deberá hacer más reuniones informativas con nosotros y nuestros aliados. Después de eso, nuevamente nos reuniríamos sin el gobier-

no y con nuestros aliados para aclarar todas las dudas y discutir sobre la propuesta.

Reunión de negociación: el gobierno debe reunirse con nuestro pueblo cuando ya tengamos

- informaciones suficientes;
- hayamos discutido con todo nuestro pueblo
- o tengamos una respuesta para dar al gobierno.

En esta reunión deben participar también nuestros aliados. El gobierno debe escuchar y responder a nuestra propuesta aunque ésta sea diferente a la presentada por ellos.

#40

Recordamos: no aceptaremos que el gobierno use derechos que tenemos y que ellos no cumplen, para chantagearnos.

Obs: Se realizarán tantas reuniones como sean necesarias para que el pueblo esté bien informado.

¿Como Debe Ser El Proceso De Consulta?

Nosotros queremos que el gobierno encamine la invitación por escrito, a través de video en la lengua Warao especificando los asuntos que desean ser tratados con un tiempo mínimo de 15 días de anticipación.

El gobierno deberá manifestarse sobre la decisión de los Warao conforme el tiempo definido en conjunto y de acuerdo con el asunto en consulta.

Solo aceptaremos reunirnos para la consulta previa con la presencia de los órganos gubernamentales y el Ministerio Público Federal, ya que así estaremos actuando de acuerdo a la Convención 169/OIT. La consulta debe tener tiempo necesario para el entendimiento de los Warao sobre el tema abordado, respetando nuestras costumbres y tradiciones.

El gobierno deberá realizar cuantas reuniones sean necesarias, respetando el tiempo para nuestra comprensión, garantizando la participación de todos nuestros representantes.

Las reuniones deben ser en la lengua Warao y nosotros escogeremos quien será el traductor para español y portugués.

Los gastos logísticos necesarios para garantizar nuestra participación durante el proceso de consulta así como en las diferentes reuniones, deben ser cubiertos por el Estado u Organización proponente.





PROTÓCOLO

BELEM
EKU WARAO

JAKOTAI AVITU TUMA

PORTUGUÊS





Quem Somos Nós?

Somos o segundo maior povo indígena oriundo da Venezuela. Nós temos nossa própria língua, crenças e costumes. Nossos ancestrais sempre viveram em harmonia com a natureza, razão pela qual nossa história está profundamente ligada ao ambiente fluvial, onde vivemos tradicionalmente em palafitas, na região do baixo Delta do rio Orinoco. Lá existem muitas palmeiras de buriti (morichales), das quais obtemos quase tudo para o nosso sustento (canoas, amido, redes, cestas, cordas, bebidas, comidas, etc.). Somos um povo pacífico, hábeis navegadores, pescadores, caçadores, coletores, artesãos e agricultores.

Nós, os Warao, que temos chegado à cidade de Belém, viemos principalmente do Estado do Delta Amacuro, embora de comunidades diferentes. Nós tivemos que deixar nossa terra para sobreviver e com muita dor deixamos para trás nosso território, nossas casas e parentes. A ajuda que, às vezes, nos davam não garantia a autonomia nem a sobrevivência de nosso povo e de nossa cultura. Nós não viemos

ao Brasil para tirar coisa alguma de ninguém, nós viemos porque nosso povo está morrendo de fome. Na nossa terra de origem nada se conseguia, nem comida, nem trabalho, nem remédios. Estamos aqui porque queremos viver com dignidade, melhorar a nossa qualidade de vida, trabalhar, educar os nossos filhos e ajudar as nossas mulheres para que não tenham que sair mais às ruas. Não queremos que nossa língua e cultura se percam no contato com as cidades e com a cultura não indígena.

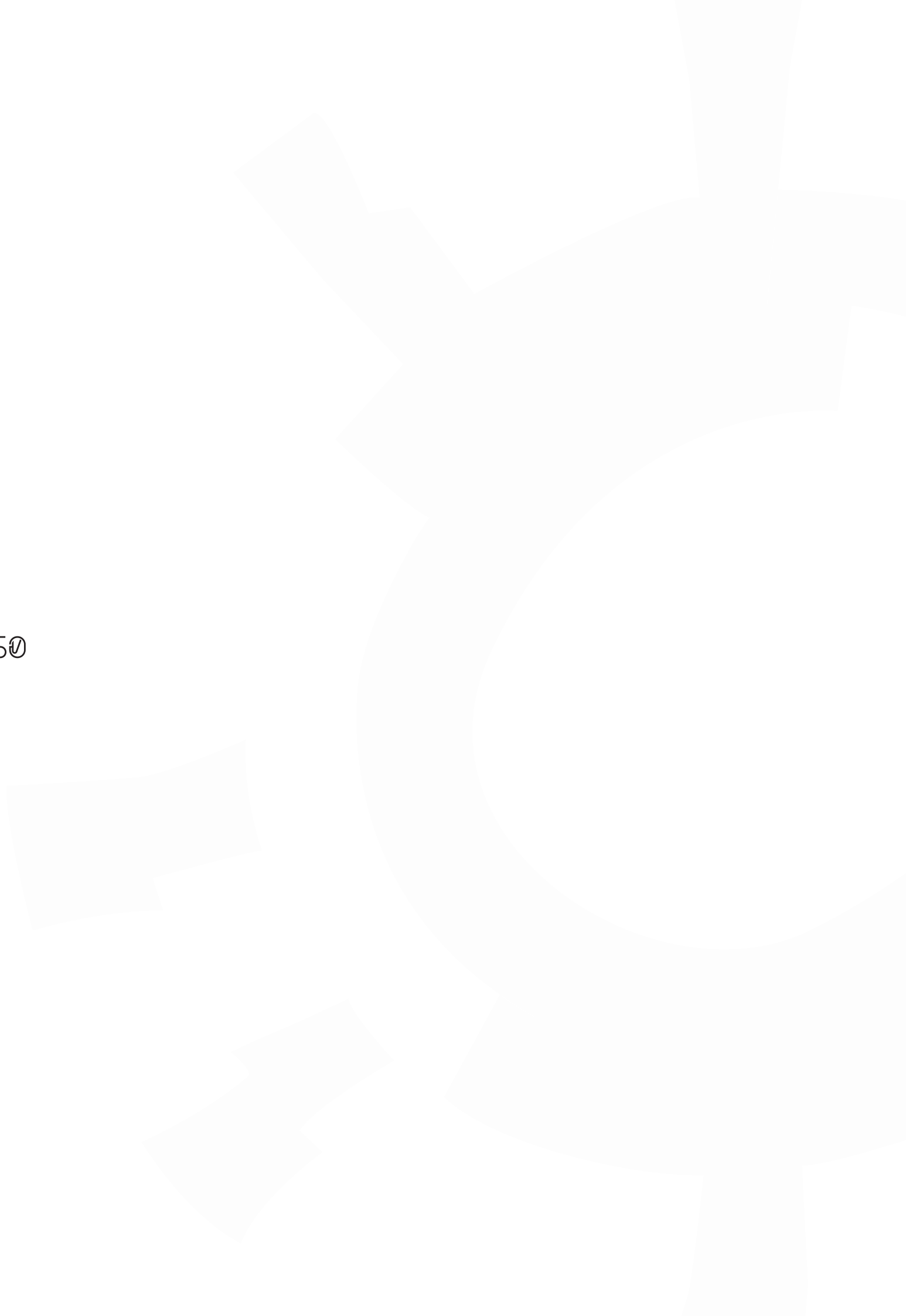
Queremos aprender, conhecer, ser melhores, sem perder nossa identidade, queremos um futuro melhor. Seguir em frente! (Kuarika Naruki!) É o nosso direito! Assim como foi para os nossos ancestrais!

Por Que

Queremos Ser Consultados?

Queremos ser consultados porque entendemos que todos nós temos direitos, sem importar onde estejamos, nem onde moramos e também porque não queremos passar pelas mesmas situações desumanas e difíceis que vivenciamos para chegar até aqui. Não queremos ser explorados, nem marginalizados. Não queremos ser tratados de qualquer forma, queremos respeito ao nosso povo e a nossa cultura. Queremos uma educação adequada ao nosso povo para que nossas crianças possam ter uma vida melhor no Brasil. Queremos ter autonomia. Entendemos que nossos saberes tradicionais são diferentes das coisas que podemos fazer na cidade. Precisamos nos preparar: seguir estudando, realizar cursos e, assim, ter oportunidades para conseguir trabalho.

Não queremos ser abandonados, nem descartados. Precisamos de apoio para que possamos andar sozinhos depois.



Quem Deve Ser Consultado?

Todos nós indígenas venezuelanos da etnia Warao – homens e mulheres, idosos, jovens, crianças, curandeiros, pajés, benzedeadas, sábios e parteiras – devemos participar da consulta de forma coletiva, quando necessária e emergencial, através de nossos representantes que devem ser indicados por cada grupo familiar que se encontre em processo migratório e que esteja presente na cidade de (Belém/PA). Nossos representantes serão responsáveis por nos comunicar as decisões e os acordos feitos nas reuniões com o governo ou com a organização consultante para tratar das principais necessidades que afetam as nossas famílias, tais como nas áreas de abrigo, assistência humanitária, educação, trabalho, saúde em geral e outras que possam ser de nosso interesse. Além disso, eles exercem um papel muito importante dentro das comunidades, que é o de mediar possíveis conflitos, dialogar com famílias em dificuldades, detectar atendimento de saúde emergencial e incentivar a participação nas atividades educacionais e na implementação das políticas públicas.

SEGUEM ABAIXO NOSSAS CONSIDERAÇÕES:

a) Somos Indígenas Warao, por isso devemos pensar em nosso povo. A partir de agora teremos os nossos representantes escolhidos por todos nós, que devem ser sinceros e honestos, passar as informações de forma clara e verdadeira, para que as instituições respeitem nossas decisões.

b) Nós mulheres Warao saímos todos os dias às ruas da cidade, de domingo a domingo, em busca de dinheiro e alimento para nossos filhos. Necessitamos ser escutadas, ter nossas necessidades atendidas pelas autoridades, por isso temos representantes mulheres.



Como

Queremos Ser Consultados?

a) Antes de iniciar o processo de consulta devemos ser avisados com antecedência sobre a existência de alguma proposta que qual(is)quer pessoa (as) ou instituição (ões) queira (am) nos apresentar;

b) Também podemos promover uma consulta prévia livre e informada por nossa própria necessidade ou interesse. Nesse caso, entraremos em contato com as autoridades para solicitar o apoio durante o processo; 53

c) A consulta deve ser feita de forma coletiva;

d) O governo não pode nos consultar apenas na última hora quando já tiver tomado uma decisão sobre algo que seja de importância para o nosso povo;

e) Nós coordenaremos as reuniões, não o governo. Podemos fazer a indicação de parceiros para nos ajudar nessa organização;

f) Devem participar das reuniões os parceiros do nosso povo: o Ministério Público Federal e Estadual, as organizações escolhidas por nós e nossos convidados especiais, inclusive técnicos de nossa confiança, que serão indicados por nós;

g) Parceiros e agentes do governo por nós autorizados podem filmar e fotografar, desde que nos entreguem cópias integrais (sem edição) do conteúdo. Não aceitaremos a divulgação ou uso indevido de nossa imagem;

h) As propostas que sejam de interesse de nosso povo Warao deverão obedecer aos seguintes momentos:

- 1º - fazer contato com nossos representantes;**
- 2º- aguardar que os nossos representantes levem as informações para cada grupo de Warao;**
- 3º- aguardar que cada grupo de Warao se reúna internamente e delibere sobre o assunto;**
- 4º - aguardar que seja realizada nossa assembleia para tomarmos nossa decisão sobre a proposta apresentada;**
- 5º- reunir com os representantes para receber as decisões tomadas na nossa assembleia.**

AS REUNIÕES SOBRE AS QUAIS FALAMOS ATÉ AGORA, DIVIDEM-SE EM:

Reunião para fazer acordo sobre o plano de consulta: o governo ou a organização consultante deve reunir-se conosco para chegarmos a um acordo sobre o plano de consulta, que deve respeitar este documento.

Reunião informativa: o governo deve reunir-se com o nosso povo, de família em família, para informar seus planos e tirar todas as nossas dúvidas. Além de nós, devem participar dessa reunião os parceiros do nosso povo, indicados por nós.

55

Reuniões internas: depois da reunião informativa, precisaremos de tempo para discutir entre nós a proposta do governo ou da organização consultante e para explicá-la aos parentes que não puderam participar das reuniões informativas. Podemos também convidar nossos parceiros para as nossas reuniões internas. Já o governo não pode estar presente. Se aparecerem mais dúvidas ou novas informações forem acrescentadas, o governo deverá fazer mais reuniões informativas, com a nossa participação e de nossos parceiros. Depois disso, poderemos fazer outras reuniões com nossos parceiros, sem o governo, para tirar outras dúvidas e discutir sobre a proposta.

Reunião de negociação: o governo deve reunir-se com nosso povo quando já tivermos:

- informações suficientes;
- discutido com todo o nosso povo e;
- quando tivermos uma resposta para dar ao governo.

Nesta reunião devem participar também os nossos parceiros. O governo deve ouvir e responder a nossa proposta, mesmo que esta seja diferente da proposta do governo.

Lembramos: não aceitamos que o governo use direitos que já temos – e que ele não cumpre – para nos chantagear.

56

Obs: Serão realizadas quantas reuniões forem necessárias para que o povo Warao esteja bem informado.

Como Deve Ser O Processo De Consulta?

Nós queremos que o governo encaminhe o convite por escrito e em vídeo na língua Warao, especificando os assuntos que serão abordados com quinze (15) dias de antecedência.

O Governo deverá manifestar-se sobre a decisão dos Warao conforme o tempo definido por nós e de acordo com o assunto da consulta. ⁵⁷

Só aceitaremos reunir para consulta prévia com os órgãos governamentais e com o Ministério Público, pois assim teremos garantia do embasamento na Convenção 169/OIT.

A consulta deve ter o tempo necessário para o entendimento dos Warao sobre o tema abordado, respeitando nossos costumes e tradições.

O Governo deverá realizar quantas reuniões forem necessárias, respeitando o tempo de nossa compreensão, garantindo a participação de todos os representantes Warao.

As reuniões devem ser na língua Warao e nós deveremos interferir na escolha do nosso intérprete para o espanhol e para o português.

Os custos da nossa participação em todas as reuniões devem ser pagos pelo governo e/ou pela instituição interessada na consulta.







Apêndice

Considerando a complexidade do contexto e a especificidade presente nos solicitantes de refúgio, o evento promovido pelo Ministério Público Federal teve como objetivo criar um diálogo com todos os refugiados indígenas da etnia Warao em Belém que permitisse desenvolver estratégias que ajudassem ao Estado e Município a melhorar o acolhimento e a inclusão no contexto urbano, respeitando seus direitos, sua língua e cultura. Processo que demandou um grande esforço, permitindo que eles mesmos tivessem voz e voto como protagonistas de sua própria história, evitando qualquer intento de alguma entidade de falar em nome do povo Warao.

A abertura dos eventos, se deu com a mística indígena dos Warao, realizando-se várias danças e entoando cânticos típicos de sua cultura. Momento que permitiu as instituições e órgãos presentes ter um contato com a riqueza do povo Warao, fugindo de um olhar meramente simplista que porventura pairava. Nesse contexto, os Warao demonstraram a importância de suas especificidades culturais e passaram a lição de que seus traços culturais transcendem fronteiras, sejam elas físicas ou sociais.

Para um melhor entendimento por parte dos indígenas, houve no início do encontro, a exibição de um vídeo dos Warao dialogando e explicando na língua materna o que é um protocolo de consulta prévia e para o que serve. Em seguida, foram mostradas as etapas de construção de um protocolo, prestando os esclarecimentos pertinentes por parte da equipe organizadora sobre a metodologia e o planejamento do processo de construção do protocolo de consulta do povo Warao em Belém/PA.

62 Os quatro encontros foram conduzidos pelos próprios indígenas Warao, restando as instituições promotoras oferecer toda a tecnologia organizativa para sua realização. Os discursos da maioria dos indígenas foram feitos na língua materna Warao e alguns discursaram no idioma espanhol, valendo-se do apoio de professores de língua materna Warao e de um intérprete da SEASTER, venezuelano, conhecido e de confiança deles para facilitar a tradução do espanhol para a língua portuguesa e vice-versa.

O último encontro foi realizado no Ministério Público Federal com a presença do Procurador da República Felipe Moura Palha, do Procurador do Trabalho Sandoval Alves da Silva, do Sr. Wagner Wille Nascimento Vaz, Defensor Público da União e de representantes das instituições do estado do Pará e do município de Belém. A reunião contou também com a participação dos representantes indígenas Warao que foram

escolhidos nos primeiros encontros no Centur, que participaram da construção do documento e que se encontravam ainda na cidade com o objetivo de aprovar o texto final do Protocolo de Consulta Prévia de seu povo.

Tendo como cumprido seu objetivo, se espera que o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Warao, o primeiro protocolo construído para e com refugiados indígenas venezuelanos no Brasil, garanta não só a participação deles na formulação de políticas públicas especiais no contexto de migrações, como também uma inclusão mais humanitária e efetiva na sociedade envolvente, que favoreça a sua autonomia e seus aportes culturais. Sem dúvida um marco jurídico que servirá de referência não só em nível nacional, mas também em nível internacional.

63

Esses encontros como processo de construção política, não teriam sido possíveis sem a participação e contribuição de técnicos, voluntários, instituições, órgãos, sociedade civil organizada e membros da comunidade em geral, que com muito esforço deram o melhor de si, muitos foram até além de suas funções para fazer desses eventos algo possível e que se materializa hoje por intermédio desse documento, a todos nossa maior gratidão. Por fim, a professora Jane Felipe Beltrão pelas valiosas reflexões finais. Deixamos aqui registro dos nomes dos participantes de acordo com as frequências assinadas nos encontros e desde já pedimos desculpa por qualquer omissão.

Autores do Protocolo de Consulta Prévia Livre e informada do Povo Warao em Belém/PA.

Durante as oficinas os Warao escolheram 34 representantes entre eles homens e mulheres dos diferentes grupos presentes na cidade de Belém para a elaboração e revisão do presente trabalho.

- 64
- 1- Neidi Gonzalez, (UAMTDZ-Chaco)
 - 2- Patrocinia Perez (UAMTDZ-Chaco),
 - 3- Yamariz Hernandez (UAMTDZ-Chaco),
 - 4- Elena Perez (UAMTDZ-Chaco),
 - 5- José Asunción (UAMTDZ-Chaco),
 - 6- Jesus Desiderio Nuñez (UAMTDZ-Chaco),
 - 7- Pedrin Perez (UAMTDZ-Chaco),
 - 8- Valentin Perez (UAMTDZ-Chaco),
 - 9- José Luis Arzelay (UAMTDZ-Chaco),
 - 10- Antonio Hernandez (UAMTDZ-Chaco),
 - 11- Freddy Cardona (UAMTDZ-Chaco),
 - 12- Celso Garcia (Campos Sales),
 - 13- Nena Gonzalez (Campos Sales),
 - 14- Maria Ângela Perez (Campos Sales),
 - 15- Osomel Rattia Rattia (Campos Sales),
 - 16- Maria Helena Rattia (Campos Sales),
 - 17- Chamaco Perez (Campos Sales),
 - 18- Rafael Rattia (Hotel Palacio),
 - 19- Avel Rattia (Hotel Palacio),
 - 20- Renool Rattia Rivero (Hotel Palacio),
 - 21- Luzmila Morillo (Hotel Palacio),
 - 22- Santana Quiñonez (Hotel Palacio),
 - 23- Merinda Morillo (Hotel Palacio),
 - 24- José Cedeño Mauricio (Riachuelo),
 - 25- Minerva Perez (Riachuelo),
 - 26- Rogelio Quiñonez (Riachuelo),
 - 27- Aulenis Fuente Garcia (Riachuelo),
 - 28- America Mata (Riachuelo),
 - 29- San-

to Tovar (Sacramenta), 30-Wilme Mata Mata (Sacramenta)
31-Omar Rodriguez (UAMTDZ-Chaco), 32-Carlos Fuentes
(Ver -o- Peso), 33-José Gregorio Andrade (Ver -o- Peso), 34-
Eloy Moya (Ver -o- Peso).

**Participantes dos Encontros com os Indígenas Venezue-
lanos da Etnia Warao para construção do Protocolo de
Consulta. 04 de outubro de 2018, 11 de outubro de 2018, 26
de outubro de 2018 na Fundação Cultural do Pará (CEN-
TUR) e 14 de Agosto de 2019 no auditório do 2º andar do
Ed. Evolution (ESMPU), PRPA.**

65

Procurador da República Felipe de Moura Palha – Titular
do 3º Ofício Cível da Procuradoria da República no Estado do
Pará (Índios, Quilombolas e Comunidades Tradicionais), José
Luiz Cardoso de Lima (Servidor do MPF), Mayara Barbo-
sa (Defensora Pública da União), Anelyse Freitas (Defensora
Pública do Estado), Sandoval Alves da Silva (MPT), Romário
Rebelo (MPT), Yvette Franco (MPT), Estela Albuquerque
(SEPA/ABIN), Breno José da Silva Soeiro (SEASTER/DZ),
José G. Albarrán López (SEASTER/DZ), Silvia Oliveira
(SEASTER/DZ), Leila Maria dos Santos Silva (SEJUDH/
CETPTE), Selli Maria da Rosa e Silva (SEJUDH/CETPTE),
Fábyo Ribeiro Bayma Flores (SEJUDH/CETPTE), Sheila

de Cássia Andrade Leopoldino (SEJUDH/CETPTE), Joella Cristina Alencar (UEPA), Rita de Cássia (UEPA), Julia Miranda (pesquisadora/UEPA), Elizabeth da Silva Santos (SEDUC), Adriana de Jesus Silva (SEDUC/CEEIND), Marcos Vinicius Lima (SEDUC/PA), Barbara de Souza Baleiro (SEDUC/PA), Maria do Socorro Silva (SEDUC), Maria Celia Pena (SEMEC/Belém), Rosa Costa (SEMEC/Belém), Manuella porto (SEMEC/Belém), Adriana Monteiro Azevedo (Funpapa), Alcemir da Costa Palheta (Funpapa), Consuelo Couto (Funpapa), Carlyle Oliveira Martins (Funpapa), Angélica Gonçalves Só Dereitos), Mônica Nascimento de Brito (SEMEC/Belém), Joana Lima (Caritas Regional Norte), Ana Paula Brandão (UFPA), Wagner Wille Nascimento Vaz (DPU), 66 Ângela Jorge (SEJUDH/CETPTE), Lorena Romão (SEASTER), Josiane Cardoso Guimarães (SEASTER/DZ), Nulcia Azevedo (SEDUC/SAEN/CEJA/Cordeiro), Janaina Galvão (ACNUR), Ida Pietricovsky de Oliveira (UNICEF).

